

Saindo do inferno econômico do PMDB

As auspiciosas notícias procedentes de Washington e Nova York, acerca da missão do ministro Mailson da Nóbrega junto ao Fundo Monetário International (FMI), ao governo dos Estados Unidos e aos bancos credores, revelam que o País começa a caminhar efetivamente para a normalização de suas relações com a comunidade financeira internacional, num amplo processo que inclui o equacionamento da gravíssima crise das finanças públicas brasileiras. Segundo informou o ministro da Fazenda, foi acertada a agenda de negociações entre o Brasil e o FMI com vistas a um programa de ajuste econômico de 12 a 18 meses, durante o qual serão tomadas medidas para reduzir o elevado déficit fiscal interno.

Não se trata, como o ministro fez questão de enfatizar, de um "programa heróico", mas de um esforço no sentido de estabelecer uma tendência firme de declínio do déficit. Aliás, o próprio FMI não quer a repetição da experiência de 1983, quando se pretendeu "zerar" o déficit nas contas do governo em um prazo excessivamente curto. Tanto o País quanto o organismo internacional fazem questão, agora, de que o acordo tenha por base um programa realista, pois o estabelecimento de metas inviáveis só provocou desgastes para ambas as partes no passado.

De acordo com o ministro Mailson da Nóbrega, as negociações com o FMI terão início este mês, com o envio de uma missão de técnicos a Washington pelo governo, e continuarão em fins de março, quando estará terminada a revisão do orçamento da União e das empresas estatais. Nessa ocasião, o Fundo mandará a sua missão técnica ao Brasil. Se tudo correr bem, a expectativa é de que o FMI libere ainda este ano um crédito stand by de US\$ 750 milhões, ou seja, uma parte substancial dos US\$ 1,2 bilhão que o País deve pagar ao organismo em 1988.

Sem dúvida, a perspectiva de um acordo com o FMI está exercendo um impacto extremamente favorável sobre as negociações que estão sendo realizadas em Nova York com o comitê de bancos credores, reforçado pela promessa do ministro da Fazenda de pagar rapidamente os US\$ 580 milhões de juros restantes referentes ao mês de janeiro, se houver um acordo sobre o montante de novos créditos. Aparentemente, os banqueiros estão dispostos a conceder apenas US\$ 5 bilhões, mas os negociadores brasileiros desejam no mínimo US\$ 6 bilhões ou US\$ 6,6 bilhões, caso os bancos não concordem com a redução do spread (taxa de risco) incidente sobre o estoque da dívida.

Em contraste com o tom animador do noticiário procedente do exterior, que reflete uma postura mais rígida do ministro Mailson da Nóbrega em relação ao déficit e a busca de apoio político interno para as inevitáveis "medidas impopulares" que virão, as informações procedentes de Brasília a respeito dos gastos governamentais são altamente preocupantes. As últimas estimativas sobre o maior foco de pressões sobre o déficit público — as despesas com o pagamento de salários do pessoal da administração direta, autarquias e fundações — indicam que este item vai ultrapassar os 3% do PIB em 1988, devendo chegar aos Cz\$ 900 bilhões. Outro item bastante elevado é o custo de rolagem das dívidas interna e externa do governo, que pode ser da ordem de Cz\$ 1,2 trilhão. Juntos, esse dois itens consumirão, se as

estimativas a serem apresentadas ao FMI não forem revistas, aproximadamente 52% da receita tributária deste ano, calculada em Cz\$ 4 trilhões.

Como se sabe, em janeiro a execução financeira do orçamento unificado do governo apresentou um déficit de caixa de Cz\$ 76,4 bilhões. A receita líquida somou Cz\$ 229,6 bilhões, mas as despesas atingiram o montante de Cz\$ 330,5 bilhões, dos quais Cz\$ 96 bilhões se referem ao pagamento de funcionários da administração direta. E o próprio secretário de programação financeira da Secretaria do Tesouro, Pedro Parente, admite que o déficit de janeiro poderia ter atingido o total de Cz\$ 100,9 bilhões (diferença entre receita e despesa). Isso não aconteceu porque recursos no valor de Cz\$ 24,5 bilhões, liberados pelo Tesouro, não foram efetivamente gastos... Além disso, a receita tributária apresentou um crescimento de Cz\$ 24,7 bilhões em relação à previsão, fato que melhorou significativamente o resultado de caixa da execução do orçamento.

O que mais chama atenção nestes números é a absurda participação dos gastos com o pagamento de pessoal (Cz\$ 96 bilhões) na receita tributária: 48,5%. Se forem excluídos dessa conta os Cz\$ 34,3 bilhões de transferências obrigatórias a Estados e municípios, isto é, considerando somente o que sobra para o Tesouro, verifica-se que este percentual sobe para 58,7%. É por isso que, na opinião de técnicos do Ministério da Fazenda, não há como reduzir de forma importante o déficit "sem atacar o problema dos gastos de pessoal".

Não há dúvida de que essa conclusão dos assessores do ministro da Fazenda está absolutamente correta, embora haja uma série de outras despesas não prioritárias que poderiam ser eliminadas de imediato. O corte do déficit tornou-se vital para o País, não para cumprir as metas de um eventual acordo a ser firmado com o FMI, mas para evitar, como alertou o vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Paulo Vellinho, a perversa mistura de recessão com hiperinflação. Não é outra a previsão do economista Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central. Para ele, a inflação está sendo estimulada por uma multidão de fatores e a recessão, engendrada pela elevação dos custos sem a contrapartida do aumento do consumo, deverá acentuar-se.

Essa situação calamitosa deixa ao governo apenas a saída da austeridade. Se não houver vontade política para tomar as medidas necessárias, o presidente da República estará condenando o ministro Mailson da Nóbrega ao fracasso, um fracasso que arrastará o País ao caos econômico. É preciso que o presidente Sarney comprehenda o que está em jogo e ordene, sem demora, total apoio aos cortes que forem julgados necessários pelo ministro da Fazenda.

Esta é, estamos certos, a última oportunidade que o presidente Sarney tem de sanear as finanças públicas. Para isso ele conta com a boa vontade dos credores, do FMI e dos governos dos nossos maiores parceiros comerciais, liderados pelos Estados Unidos. A hora exige decisões responsáveis e corajosas, os conhecidos remédios amargos que os ministros do PMDB não quiseram adotar na sua visão heterodoxa do processo econômico. Ao tentarem fugir das medidas racionais da ortodoxia, eles nos prometeram maravilhas sem conta, mas só conseguiram nos conduzir ao inferno desta crise, do qual o País só sairá após muitos anos de trabalho e de verdadeira austeridade.

22 FEVEREIRO

JORNAL DA TARDE